

# “ARUAQUIZAÇÃO”: PARA OUTRA POSSÍVEL LEITURA DO QUILOMBO GRANDE (1730-1795)

“ARUAQUIZAÇÃO”: FOR ANOTHER POSSIBLE READING OF QUILOMBO GRANDE (1730-1795)

Bruno Pinheiro Rodrigues \*

## Correspondência

Rua D4, quadra 131, casa 7, Parque Cuiabá.  
Cuiabá – Mato Grosso – Brasil. CEP: 78095-292.

*E-mail:* [brunotiasques@gmail.com](mailto:brunotiasques@gmail.com)

## Resumo

O presente artigo tem como proposta analisar as trocas culturais efetuadas entre negros fugidos e indígenas no interior do Quilombo Grande. A partir da reflexão combinada de documentos oficiais sobre as expedições organizadas contra o quilombo (1770 e 1795) e o estudo etnográfico realizado por Max Schmidt acerca dos indígenas Pareci-Cabixi, intentamos desvelar os constantes contatos entre aquilombados e povos indígenas da região, com o fim de se preservar a liberdade conquistada com a fuga da sociedade escravista.

**Palavras-chave:** Quilombo Grande; Pareci-Cabixi; trocas culturais.

## Abstract

This article aims to analyze the exchanges culture made between runaway black and indigenous inside the Quilombo Grande. From the combined reflection of official documents about the expeditions organized against the quilombo (1770 and 1795) and the ethnographic study by Max Schmidt about Pareci-Cabixi indigenous, we intend to show the constant contacts between marrons and indigenous people from region, with the goal to preserve the freedom won with the escape from slave society.

**Keywords:** Quilombo Grande; Pareci-Cabixi; cultural exchanges.

---

\* Doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor de Teoria Geral do Estado e Ciências Políticas na Faculdade de Direito do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG).

O Quilombo Grande, enquanto existiu ao longo de décadas, causou, para além do incomum reconhecimento da capacidade organizativa e valores morais, grandes incômodos à Capitania de Mato Grosso. Formado na década de 1730, no extremo oeste da América portuguesa, até o final do século XVIII foi um convite aberto para realização de novas fugas e um desafio à capacidade militar da Capitania.

Embora o seu abatimento fosse necessário tanto do ponto de vista econômico como motivado por fatores de ordem militar ou política, uma vez que a Capitania se encontrava em região fronteiriça com a América espanhola, caracterizada por constantes instabilidades, somente foi organizada a primeira bandeira para derrubá-lo em 1770. Naquela altura, após cerca de 40 anos de existência, já havia uma considerável hierarquia política, organização econômica, social e militar. Parafraseando Flávio dos Santos Gomes, já havia se formado um “pântano negro”, em vista das complexas relações estabelecidas entre quilombolas e a sociedade externa.<sup>1</sup>

A referida expedição o atacou de surpresa e foi relativamente bem-sucedida, tendo em conta que conseguiu desarticular toda organização encontrada, capturar Teresa, a principal autoridade, e uma quantidade considerável de aquilombados – além de destruir todas as hortas e queimar casas encontradas. Entretanto, outras dezenas conseguiram se evadir. Posteriormente, retornaram à região e reconstruíram outro quilombo, conhecido por autoridades portuguesas como “Quilombo do Piolho”, em alusão ao rio Piolho ou a José Piolho, o mesmo que presidia o Parlamento do Quilombo Grande.<sup>2</sup>

Semelhantemente a outros quilombos na América portuguesa-Brasil e a “hidra de lerna”, que a cada cabeça decepada nasciam-lhe outras duas, o Quilombo Grande havia se reconstruído das cinzas dos primeiros ataques, revelando um complexo quadro político formado em torno da área ocupada pelos aquilombados, que dificultava a sua completa destruição.<sup>3</sup>

Vale acrescentar ainda que, para análise desta “hidra de lerna” e “pântano” que se formou em torno do Quilombo Grande, nos valeremos conjuntamente de uma

---

<sup>1</sup> Na obra “A Hidra e o pântanos”, o historiador Flávio dos Santos Gomes afirma que as teias formadas por quilombolas com membros externos ao quilombo, propiciavam intercâmbios entre fugitivos, grupos indígenas, vendedores, negociantes, pequenos proprietários, geralmente de maneira clandestina, e acabavam por se caracterizar como imensos *pântanos* nos quais as autoridades lusitanas se “atolavam”, pelo fato de estarem inviabilizadas ao abatimento por completo destes espaços. Ver GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII- XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005, p. 35.

<sup>2</sup> A segunda expedição, que conseguiu capturar 54 quilombolas em 1795, é minuciosamente descrita no Diário escrito por Francisco Pedro de Mello, desde a organização dos preparativos, trajeto até o espaço, campanha e destino final dos capturados. O referido documento encontra-se sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), no Códice 246, demarcado pelos anos de 1777 e 1805, no banco identificado como “correspondência entre governadores”. Contudo, veio a conhecimento público após ser citado e transcrito por Roquette-Pinto na obra “Rondônia”, em 1917, publicada nos Arquivos do Museu Nacional. Ver MELLO, Francisco Pedro. *Diário de Diligência*. In: ROQUETTE-PINTO. *Rondônia*. Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro (Volume XX). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

<sup>3</sup> Flávio dos Santos Gomes utiliza o termo “hidra” como uma metáfora para os quilombos no Brasil, para enfatizar as constantes formações de quilombos no Brasil, que nasciam dos escombros de outros. O que se passa no Quilombo Grande entre os ataques de 1770 e 1795 segue basicamente o mesmo roteiro de outras partes do território luso-brasileiro. Ver GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos*, *Op. cit.*, p. 35.

considerável gama de fontes, desde documentos oficiais, relato de viajantes ao estudo etnográfico de Max Schmidt sobre os povos Pareci-Cabixi que habitavam o vale do Guaporé, região onde se levantou o supracitado quilombo.

A reflexão, portanto, está fracionada em dois trechos principais. Em primeiro lugar, apresentamos considerações gerais sobre a organização de quilombos na Capitania do Mato Grosso e Província, caracterizada pelo estabelecimento de contatos clandestinos com povoamentos luso-brasileiros e exploração mineira realizada por quilombolas. Na segunda e principal seção teceremos uma reflexão sobre o possível processo de “aruaquização” vivenciado pelo Quilombo Grande, no contato com indígenas Pareci-Cabixis, que viviam na região onde o espaço fora edificado. Para tanto, discorreremos especificamente sobre a prática do “rapto de mulheres” e a possível assimilação das técnicas de cultivo do milho e mandioca no interior do quilombo.

## **A agência cativa: notas gerais sobre os quilombos da Capitania de Mato Grosso**

Assim como em toda América portuguesa, no Mato Grosso e Cuiabá o cativo aparece na documentação disponível como agente ativo e móvel, protagonista da sua própria trajetória, ao lançar mão de diferentes estratégias para o alcance da liberdade. O quadro/tabela, apresentado pelo Capitão General Luís Pinto de Sousa Coutinho em 1771, nos apresenta um universo da agência cativa que explorava numerosas possibilidades, entre as quais a formação de quilombos. Somente no referido ano, informa o documento, foram trazidos 84 cativos de quilombos localizados nos arredores de Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá.<sup>4</sup>

O levantamento realizado por Monique Lordelo dos quilombos registrados nas correspondências trocadas entre as autoridades da Capitania de Mato Grosso, durante a segunda metade do século XVIII, também dimensiona essa movimentação cativa: entre as repartições do Mato Grosso, Cuiabá e Mojos (América Espanhola), foram localizadas notícias de 20 quilombos de variadas proporções. Nesse bojo, destacaram-se os quilombos do Sepotuba (1769), do Porrudos (1769), Baures (1778), Piolho (1795), Pindaituba (1795) e principalmente o Quariterê, também conhecido como “Quilombo Grande” (1770).<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Além das informações referentes ao fluxo de escravos para Capitania, no documento também são mencionadas intensas movimentações de cativos na localidade, com fugas para a América espanhola e arredores. Ver “Mapa dos adventícios e escravos fugidos da Capitania de Mato Grosso (1771)”. Disponível em [www.cmd.unb.br](http://www.cmd.unb.br). Acesso em: 25 mar. 2015. Disponível também em LORDELO, Monique Cristina de S. *Escravos Negros na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso: Fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2010, p. 113.

<sup>5</sup> Sobre a citada pesquisa, ver LORDELO, Monique Cristina de S. *Escravos Negros*, *Op. cit.*, p. 81-82.

Se quatro deles recebem tal denominação pela proximidade com rios (Porru-dos, Pindaituba, Sepotuba e Baures), esse não parece ser o caso do Piolho. O quilombo abatido em 1795, formado por negros quilombolas, mulheres indígenas e caburés,<sup>6</sup> poderia assim ser denominado em homenagem a José Piolho, a quem se atribuía a primeira chefia do Quilombo Grande, atacado em 1770;<sup>7</sup> ou, ao maior conselheiro de Teresa de Benguela, descrito nos Anais de Vila Bela como maior autoridade entre os parlamentares que assistiam a rainha, escravo de Antônio Pacheco de Moraes.<sup>8</sup> A despeito da referência, um quilombola aparentemente emprestou nome ao quilombo e, subsequentemente, à própria designação do rio.<sup>9</sup>

De qualquer maneira, os locais escolhidos para formação do quilombo se apresentavam como abundantes para caça e pesca, propícios para prática de agricultura e, no caso do Mato Grosso ou Cuiabá, para extração de ouro ou diamantes. É o que podemos observar em documento de 1779, em que é expedida a ordem de examinar, prender e destruir negros que se achassem aquilombados em terras mineiras na bacia do Paraguai. Releva-se ainda a prisão de 4 cativos – João Mina, Caetano Mina, Miguel Mina e Mariana –, que estavam em posse de certa quantia de ouro.<sup>10</sup> Com os mesmos, foram também apreendidos armas de fogo, machados, foices velhas, alavancas e panos de algodão.

Correspondências trocadas entre autoridades durante a segunda metade do século XVIII, que expressavam preocupação em manter o monopólio da exploração mineira, também manifestavam incômodo com a atuação de quilombolas. Em 1781, por exemplo, o mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo, em carta ao Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, solicitou mais guarda e punição aos quilombolas em região de exploração mineira:

(...) se forneça com mais força a guarda do diamantino ribeirão Paraguai, (...) e também é importantíssima procedência que Vossa Excelência fez aplicar sem perdas de tempo para dissipar, queimar e destruir inteiramente aquele quilombo de fugidos que se achavam extraindo ouro e diamantes no proibido ribeirão de Santa Ana o que tudo se executou à risca.<sup>11</sup>

<sup>6</sup> Leia-se “caburé” como o mestiço de negro e indígena.

<sup>7</sup> Ver SIQUEIRA, Elizabeth M.; COSTA, Lourença A.; CARVALHO, Cathia Maria C. *O processo histórico de Mato Grosso*. 3. ed. Cuiabá: Editora Guaicurus, 1990, p. 134-135.

<sup>8</sup> Ver AMADO, Janaina; ANZAI, Leny C. *Anais de Vila Bela (1734-1789)*. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006, p. 140.

<sup>9</sup> Posteriormente o rio aparecerá referenciado como rio São João. Acerca do quilombo do Sepotuba, vale salientar que nos Anais de Vila Bela o mesmo aparecerá referenciado como próximo a um sítio chamado “Sepotuba”, na repartição de Mato Grosso. O mesmo foi destruído pelo sargento-mor Bento Dias Botelho, a pedido do Capitão General Luís Pinto. Ver *Ibidem*, p. 131.

<sup>10</sup> No documento consta que guardavam consigo 20 oitavas e 3 quartos de ouro em pó, além de duas pedras de diamante. Ver APMT, QM, TM, RO 0998, Cx.15; LORDELO, Monique Cristina de S. *Escravos Negros, Op. cit.*

<sup>11</sup> APMT, QM, TM, CA.1053, Cx. 16. LORDELO, Monique Cristina de S. *Escravos Negros, Op. cit.*, p. 76.

Em 1784, o mesmo mestre de campo voltaria a se referir à atuação dos quilombolas na região, afirmando que o quilombo seria grande e com ranchos espalhados por toda região.<sup>12</sup> Tais casos, em última instância, sugerem contatos diretos de quilombolas com comerciantes locais, não somente porque deveriam comercializar clandestinamente o que extraíam das atividades mineradoras, mas também pelo fato de estarem em posse de instrumentos e até armas de fogo, como o caso relatado de 1779.

Contatos de quilombolas com habitantes de povoados locais também são referenciados na bandeira que derrubou os quilombos que se localizavam próximos ao rio Pindaituba, em 1795. Segundo o relato da diligência que devassou os arranchementos liderados por Antonio Brandão e Joaquim Felix, os quilombolas se dirigiam aos povoados para convidar novos cativos à fuga e também para comprarem mantimentos.<sup>13</sup>

Luiza Volpato, ao discorrer sobre quilombos na Capitania e Províncias de Mato Grosso, entre os séculos XVIII e XIX, igualmente constata a grande importância dos contatos para além dos domínios dos territórios quilombolas:

(...) a sobrevivência de um quilombo dependia, em grande parte, da habilidade de seus habitantes em estabelecer teia de relacionamentos que permitisse, além do fornecimento de alguns produtos específicos, informações sobre as ações dos seus perseguidores.<sup>14</sup>

No caso dos quilombos do Pindaituba, é importante lembrar que antes de serem abatidos pela bandeira de 1795, de acordo com o diário da Diligência escrito por Francisco Pedro de Mello, receberam a notícia da chegada da bandeira, que os obrigou a evacuar o arranchemento e montar outro a distância de 6 léguas, junto ao córrego do rio Mutuca. E, posteriormente, já em novo solo, recebem a notícia da continuidade da bandeira e assim desfizeram novamente o quilombo e seguiram para novo sítio.<sup>15</sup>

Os quilombolas que habitavam as matas nos entornos das minas do Mato Grosso e Cuiabá se viam diante de uma dupla situação: se, por um lado, existia a necessidade de se manter afastados ao máximo que pudessem dos povoamentos escravistas para se preservar a liberdade, por outro lado, também necessitavam de ferramentas, sementes para o cultivo agrícola e outros produtos de indispensável sobrevivência. Assim, o contato com núcleos de povoamento luso-brasileiros se dava majoritariamente de duas maneiras: ou via comércio clandestino ou por meio de ataques

<sup>12</sup> O mestre de campo alega que a localização espalhada era estratégia para rápida evacuação, caso fossem atacados por forças externas. Ver APMT, QM, TM, CA.1231, Cx. 19.

<sup>13</sup> Os quilombos das proximidades do rio Pindaituba foram descobertos pela mesma bandeira que havia saído para abater o “Quilombo do Piolho” em 1795. Ver ROQUETTE-PINTO. *Rondônia, Op. cit.*, p. 16.

<sup>14</sup> VOLPATO, Luiza. Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em área de fronteira. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 227.

<sup>15</sup> ROQUETTE-PINTO. *Rondônia, Op. cit.*, p. 17.

a sítios e fazendas.<sup>16</sup> Em outras palavras, se os documentos referentes aos quilombos na região, ao longo do século XVIII, nos apresentam tais lugares como a “antítese de tudo que a escravidão representava”, como diria Richard Price,<sup>17</sup> por outro lado, também é verdade que não estavam isolados e que, por uma questão pragmática de sobrevivência, estavam em contato permanente com núcleos luso-brasileiros e até mesmo indígenas.

Em última instância, os contatos entre quilombolas e luso-brasileiros, constituíam uma delicada relação: ao mesmo tempo em que se exigia a urgência de recapturar e destruir quilombos, porque representavam evasão de capital e enfraquecimento da produção (sobretudo nas lavras), o fato de existirem também estimulava novas fugas e atestava a impotência do governo local em garantir a segurança e manutenção da propriedade privada. Vale acrescentar que a bandeira de 1795, ao retornar vitoriosa após ter abatido quilombos e aprisionado cativos fugitivos, acabou por levantar os ânimos da população local, fustigada pelas dificuldades e custos de ações militares na fronteira.<sup>18</sup>

Tais relações entre quilombolas e habitantes de povoados locais podem também ser observadas no decorrer do século XIX, momento em que tiveram existência vários quilombos, como o de “Jangada”, “Serra Dourada”, Rio Roncador” e “Quilombo do Rio Manso”. Este último formou-se em meados do século, segundo o Chefe de Polícia Ernesto Júlio Bandeira de Melo, separado por 30 léguas de Cuiabá e 14 da freguesia de Chapada dos Guimarães. Além de abrigar cativos fugidos, era composto por criminosos e desertores.<sup>19</sup> Internamente estava subdividido em várias funções:

(...) A função de ‘guardião’, executada por escravos que vigiavam os arredores do quilombo e zelavam pela segurança da população quilombola; a função de ‘permutador’, realizada por escravos que conheciam a cidade de Cuiabá. Pois eram encarregados de fazer compras dos gêneros alimentícios e armamentos necessários ao quilombo; a função de ‘mineiro’, encarregados de trabalhar nas minas próximas ao quilombo, principalmente, no rio Roncador, retirando o ouro que era trocado por sal e chumbo. Por último, a função de

---

<sup>16</sup> SILVA, Jovam V. *Mistura de cores: políticas de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso (século XVIII)*. Cuiabá: EdUFMT, 1995, p. 244. Segundo Flávio dos Santos Gomes, quilombolas na América portuguesa-Brasil, se viam constantemente diante de uma situação paradoxal, uma vez que tentavam manter a autonomia ao mesmo tempo em que buscavam conduzir suas relações com a sociedade externa. Em palavras do autor: “(...) Tentavam manter a todo custo sua autonomia e ao mesmo tempo agenciavam estratégias – permeadas de contradição e conflitos – de resistência junto a piratas, indígenas, comerciantes, fazendeiros, lavradores, até autoridades coloniais e especialmente junto àqueles que permaneciam escravos.” GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos*, *Op. cit.*, p. 25.

<sup>17</sup> PRICE, Richard. “Palmares como poderia ter sido”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio*, *Op. cit.*

<sup>18</sup> Volpato afirma que o retorno triunfante da bandeira de 1795 significava, além da elevação do ânimo da população local, uma vitória do Capitão-General perante autoridades locais. Ver VOLPATO, Luiza. *Quilombos em Mato Grosso*, *Op. cit.*, p. 225.

<sup>19</sup> APMT, Relatório de Ernesto Júlio Bandeira Melo ao Conselheiro de estado Francisco de Paula de Negreiro Sagão Lobato. Cuiabá, Lata 1871C, 29 de fevereiro de 1872.

'lavrador', executada pelos escravos que trabalhavam nas lavouras existentes no quilombo.<sup>20</sup>

Essas funções dão clareza quanto às relações estabelecidas para além dos limites territoriais dos quilombos: o guardião, para proteger possíveis incursões de forças externas, o permutador para trocar o que se produzia no quilombo pelo mineiro ou lavrador. Todavia, no caso específico do Quilombo do Manso, o contato com os povoados vizinhos se daria a partir de dois tipos de relação, de acordo com Delamônica: "inter-relações ativas" (roubos, depredações, rapto de mulheres, entre outros) e "inter-relações passivas" (permuta, arrendamento de trabalho para ser realizado em minas, entre outros).<sup>21</sup>

Vale ressaltar que no século XIX documentos como os Relatórios de Presidentes de Província informam com grande frequência a realização de bandeiras contra quilombolas, os constantes inconvenientes causados pelos mesmos e força militar mobilizada. A bandeira que partiu em 1859 da Vila Maria (atual município de Cáceres) para o quilombo que se localizava entre os rios Sepotuba e Cabaçal, a mesma região do quilombo abatido em 1769, exemplifica tal fato: na destruição do quilombo, foram apreendidas 33 pessoas. Destas, 12 eram livres e 21 foram identificados como escravos. Ao chegarem à cidade, tais cativos foram entregues entre os seus senhores.<sup>22</sup> Todavia, chama à atenção a quantidade de "livres" aquilombados com cativos fugidos, que sugere a continuidade de laços afetivos e até mesmo a escolha pela vida longe da sociedade escravocrata.

A existência de quilombos, além de representar prejuízos, convite constante à fuga de cativos e danos financeiros, ainda causava constante medo nos povoados locais. A mesma bandeira que abateu quilombos no Manso, na segunda metade do século XIX, supracitada, ao retornar parcialmente vitoriosa, causou certo alívio e ânimo nos habitantes de Cuiabá, segundo o Presidente da Província de Mato Grosso Francisco José Cardoso Júnior:

(...) Se a diligencia de que trato não teve um resultado esperado completo, todavia, banio para sempre a suposição de que era *impossível penetrar nos esconderijos dos calhambolas*, incutindo o receio no animo dos que escaparão, e prevenindo as continuadas depredações que já não são, como d'antes, tão amiudadas e communs [grifo nosso].<sup>23</sup>

No discurso do Presidente da Província, nota-se uma possível crença existente na região sobre a facilidade de fuga de quilombolas ao serem surpreendidos nas ações

<sup>20</sup> DELAMÔNICA, Adiléa Benedita. A cor do medo e os seus vários significados: os quilombos matogrossenses do Rio Manso (1850-1888). In: BORGES, Fernando Tadeu de M; PERARO, Maria Adenir (Orgs.). *Sonhos e Pesadelos na história*. Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006, p. 130.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>22</sup> Relatório de Antonio Pedro de Alencastro de 3 de maio de 1861. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/437/000004.html>. Acesso em: 27 mai. de 2013.

<sup>23</sup> Relatório de Francisco José Cardoso Júnior, de 4 de outubro de 1873. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/437/000004.html>. Acesso em: 27 mai. de 2013.

de captura. De fato, é o que podemos observar na quase totalidade dos relatos que dispõem sobre as devassas aos quilombos.

Ademais, a formação de quilombos no Mato Grosso e Cuiabá, assim como no restante do território luso-brasileiro, foi um fator presente e recorrente. Causador de prejuízos de ordem financeira, o quilombo desafiava a ordem escravocrata. Era uma verdadeira *hidra*, que formava em torno de si um *pântano*, conectado de diferentes maneiras com as sociedades externas ao mesmo. A sua existência, em outras palavras, não se tratava de um mero apartar-se ou distanciar-se, pois, como vimos acima, seria preciso tecer relações e contatos que ultrapassassem as suas territorialidades; relações expressas nas trocas comerciais, presença de informantes e na convivência com negros livres e indígenas, que podemos observar com grande clareza durante a longa existência do “Quilombo Grande”, que analisaremos na sequência.

### O Quilombo Grande: duração e “aruaquização”

Com longevidade de cerca de seis décadas, o “Quilombo Grande”, também denominado “Quariterê” – referência ao rio “Quariteré” –,<sup>24</sup> até o presente momento é conhecido por ser o mais organizado e duradouro quilombo de que se tem notícia na Capitania do Mato Grosso. Atacado em 1770 pela bandeira comandada pelo sargento-mor João Leme do Prado, sendo depois reconstruído por aqueles que escaparam, ao contrário dos demais, recebeu numerosas menções nos documentos históricos que buscaram discorrer sobre a história da Capitania, como Filipe José Nogueira Coelho,<sup>25</sup> Augusto Leverger,<sup>26</sup> João Severiano da Fonseca,<sup>27</sup> Taunay;<sup>28</sup> além do relato detalhado sobre a organização da bandeira que o destruiu, disposto nos Anais de Vila Bela, considerado o mais completo.<sup>29</sup>

A sua formação, de acordo com as memórias de Filipe José Nogueira Coelho, provedor da Fazenda Real e Intendência do Ouro, é datada na década de 1730, momento em que se descobrem as minas do Mato Grosso. Localizado no vale do Guaporé junto ao rio Galera, quando foi surpreendido em 1770, era governado por Teresa de Benguela, que havia herdado o comando do quilombo após a morte do seu marido.<sup>30</sup>

---

<sup>24</sup> O rio Quariteré também era conhecido como rio “Piolho” e após as incursões contra quilombolas, foi renomeado de rio São João.

<sup>25</sup> COELHO, Filipe José N. Memórias Chronológicas da Capitania de Mato Grosso. *Revista Trimestral de História e Geografia/Jornal do IHGB*, Rio de Janeiro, 2. semestre de 1850.

<sup>26</sup> LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001 (publicações avulsas, originalmente publicada em 1949).

<sup>27</sup> FONSECA, João Severiano. *Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)*. v. 2. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro, 1881.

<sup>28</sup> TAUNAY, Visconde de. *A cidade do ouro e das ruínas (1891)*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

<sup>29</sup> AMADO, Janaina; ANZAI, Leny C. *Anais de Vila Bela*, *Op. cit.*, p. 138-141.

<sup>30</sup> O Quilombo Grande, além de ser o mais duradouro quilombo de que se tem notícias na Capitania de Mato Grosso, também foi o que apresentou estrutura política mais complexa. Quando foi atacado pela



Os detalhes sobre a organização da bandeira estão detalhadamente dispostos nos Anais de Vila Bela:

(...) O Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General, sendo informados das muitas e continuadas fugas que atualmente faziam os escravos dos moradores desta terra, para os matos, muito principalmente para o quilombo chamado Grande, e desejoso de evitar tão grande dano, o melhor e mais acertado meio que pôde descobrir foi o criar de novo uma companhia de soldados ligeiros para o sertão e mato, com oficiais competentes, sendo sargento-mor dela Inácio Leme da Silva, a quem deu jurisdição ampla para o castigo dos soldados respectivos à mesma companhia.<sup>31</sup>

O então Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho, naquele mesmo dia ordenou ao nomeado sargento-mor que aprontasse a sua companhia e partisse o quanto antes. Para tanto, mandou preparar a pólvora e bala, retiradas do armazém real, destacou um grupo de militares para auxiliar a companhia, como o cabo-de-esquadra João de Almeida com seis pedestres escolhidos, e rogou que o sargento-mor procurasse manter um inviolável segredo: a bandeira deveria partir discretamente sem que ninguém soubesse da sua existência, a fim de que os negros aquilombados fossem surpreendidos.

Apesar de não estarem discriminadas objetivamente quais eram essas ligações entre quilombolas e habitantes de Vila Bela que poderiam prejudicar o êxito da bandeira, nos é possível conjecturar que as mesmas seriam ativas e constantes. Para que possíveis “laços afetivos” dos aquilombados não soubessem, ou possivelmente “contatos comerciais”, era preciso manter a completa discrição da organização e saída da expedição.

Findados os preparativos e divididas as despesas entre a Câmara de Vila Bela e moradores proprietários de cativos fugidos,<sup>32</sup> no dia 27 de junho, a companhia formada de 30 homens municidados saiu de Vila Bela, para chegar ao Quilombo Grande cerca de um mês depois. O trajeto percorrido seguiu o curso dos rios Galerinha, Galeria, Taquaral, Piolho e rio da Pedra, rompendo, pelo que dispõe os Anais de Vila Bela, “os sertões e veredas mais agrestes”.<sup>33</sup>

O primeiro ataque se deu na noite do dia 22 de julho:

(...) Por estarem as casas do quilombo divididas e dispersas umas das outras, em diferentes partes, abalroaram a primeira que toparam, onde surpreenderam muito pouca gente. E as mais, ouvindo

---

primeira vez em 1770, estava encabeçado por Teresa de Benguela e uma espécie de “parlamento”, conforme consta nos Anais de Vila Bela. Ver AMADO, Janaina; ANZAI, Leny C. *Anais de Vila Bela, Op. cit.*; e SIQUEIRA, Elizabeth M.; COSTA, Lourença A.; CARVALHO, Cathia Maria C. *O processo histórico de Mato Grosso, Op. cit.*

<sup>31</sup> AMADO, Janaina; ANZAI, Leny C. *Anais de Vila Bela, Op. cit.*, p. 138.

<sup>32</sup> SIQUEIRA, Elizabeth M.; COSTA, Lourença A.; CARVALHO, Cathia Maria C. *O processo histórico de Mato Grosso, Op. cit.*, p. 133.

<sup>33</sup> AMADO, Janaina; ANZAI, Leny C. *Anais de Vila Bela, Op. cit.*, p. 139.

alguns tiros e gritaria, se pôs em fuga, de forma que se viu precisado o sargento-mor a se aquartelar naquele sítio por largo tempo.<sup>34</sup>

Como vários haviam fugido na primeira incursão, a companhia permaneceu aquartelada no espaço, realizando escoltas nas vizinhanças periodicamente, a partir dos rastros e trilhas deixadas por fugitivos. Após semanas, entre confrontos que levaram à morte 9 quilombolas, a bandeira conseguiu reunir 41 indivíduos entre homens e mulheres.

A população total que havia no Quilombo Grande, de acordo com a documentação consultada, variava de 100 a 110 indivíduos: se nos Anais de Vila Bela afirma-se que haviam 69 negros de ambos os sexos, o relato de provedor da Fazenda Real Filipe J. Nogueira Coelho e Augusto Leverger apontam 79.<sup>35</sup> A despeito da variação, com eles também haviam indígenas, que, segundo os Anais de Vila Bela, eram “índias, que os tais negros tinham apanhado no sertão, onde matavam os machos e traziam as fêmeas para delas usar como de mulheres próprias”.<sup>36</sup>

Nos documentos que narram a queda do Quilombo Grande, não existem referências sobre as possíveis origens étnicas das indígenas assimiladas. Contudo, na bandeira de 1795, que voltou para eliminar com o novo quilombo formado por remanescentes fugitivos de 1770, encontramos algumas pistas:

(...) O Quilombo do Piolho que deu este nome ao rio em que está situado, foi atacado e destruído haverá 25 anos, pelo Sargento-mor João Leme do Prado, onde apreendeu numerosa escravatura, ficando naquele lugar, ainda muitos escravos escondidos pelos matos, que pela auzencia d’aquella bandeira se tornaram a estabelecer nas vizinhanças do antigo lugar.

Destes escravos novamente aquilombados morreram muitos, huns de velhice e outros ás mãos dos gentio *Cabixés*, com quem tinha continuada guerra, afim de lhe furtarem as mulheres, das quaes houveram os filhos *Caborés*, que mostra a relação [grifo nosso].<sup>37</sup>

Alguns apontamentos podem ser realizados a partir desse trecho. Em primeiro lugar, “Cabixés” se tratava de uma denominação atribuída aos “Pareci-Kabisis” (grupo Cozárini) ou aos Guainguacuré Aruaquisados, proveniente dos Nambiquaras da região ocidental da Serra dos Parecis. A designação, de acordo com Maria de Fátima Roberto Machado, estava associada a ‘elementos de nível inferior’ ou subalternos.<sup>38</sup> Em todo caso, parece-nos ao menos plausível considerar que a presença indígena no Quilombo Grande seja proveniente desses grupos.

<sup>34</sup> *Idem.*

<sup>35</sup> COELHO, Filipe José N. Memórias Chronológicas da Capitania de Mato Grosso, *Op. cit.*, p. 182; LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*, *Op. cit.*, p. 69.

<sup>36</sup> *Idem.*

<sup>37</sup> ROQUETTE-PINTO. *Rondônia*, *Op. cit.*, p. 14.

<sup>38</sup> MACHADO, Maria de Fátima R. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. 25. Reunião Brasileira de Antropologia. GT 48: Saberes Coloniais sobre os indígenas em exame: relatos de viagens, mapas, censos e iconografias. Goiânia: Associação Brasileira de Antropologia, jun. 2006, p. 16-23.

Em segundo lugar, se em 1770 é mencionado nos *Anais de Vila Bela* apenas a presença de “índias” junto aos quilombolas; em 1795, além delas, também são mencionados “índios” e “caburés”; o que sugere alianças com grupos indígenas e hibridizações, uma vez que caburé é resultado do enlace entre negros e indígenas. As mulheres indígenas presentes no Quilombo Grande em 1770 foram raptadas em situações conflituosas, como os próprios *Anais de Vila Bela* sugerem e, depois, o diário de Francisco Pedro de Mello. Posteriormente, com o desmantelamento do Quilombo Grande, aparentemente foram reformuladas as relações entre os quilombolas e indígenas, que acabaram por resultar na convivência de ambos, ao passo que alguns se esvaeciam na morte por velhice. Em outras palavras, de acordo com a necessidade de sobrevivência, estratégias podem ter se alterado. Assim, para se manter fora da sociedade escravista, o quilombola precisava tecer relações tanto com povos lusos-brasileiros escravistas, como também com indígenas que habitavam territorialidades vizinhas.

Acerca da presença Cabixi junto aos quilombolas, vale mencionar as observações etnográficas realizadas pelo alemão Max Schmidt no início do século XX, a fim de se ampliar a visibilidade dos contatos e possíveis intercâmbios culturais vivenciados no Quilombo Grande. Schmidt, a partir de 3 expedições realizadas à América do Sul no início do século XX e, especialmente, após o estudo sobre os “Pareci-Kabisí”, apresenta em 1917 a sua segunda tese de doutorado, intitulada originalmente “Die Aruaken. Ein Beitrag zum problem der Kulturverbreitung”,<sup>39</sup> o objetivo principal consistia em uma análise comparativa dos povos associados à matriz linguística Aruaque (ou Arowaken), com fim de verificar a expansão, difusão e “aculturação” desses povos.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> “Os aruaques: uma contribuição ao estudo do problema da difusão cultural”. A tradução para o português é de autoria desconhecida e encontra-se atualmente disponível em dois sítios: na biblioteca do PPGAS, do Museu Nacional/UFRJ, e na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Esta última, que é a versão que ora analisaremos, agrega grande material relacionado a estudos etnológicos sobre populações indígenas da América do Sul. Ver SCHMIDT, Max. *Die Aruaken: um classic da etnologia sul-americanista*. Leipzig: Veit & Comp. [1917]. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/biblio%3Aschmidt-1917-aruaques/schmidt\\_1917\\_aruaques.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/biblio%3Aschmidt-1917-aruaques/schmidt_1917_aruaques.pdf). Acesso em 6 dez. 2014.

<sup>40</sup> Os povos Aruaques, de acordo com José Antônio Souza de Deus (2009), originários da Amazônia peruana, constituíram ao longo da história sociedades ribeirinhas e sedentárias, hierarquizadas e pacíficas, dotadas de considerável estrutura sociopolítica e tradições em cerâmicas. Segundo o autor, tais sociedades mantinham propriedades coletivas, com divisão do trabalho por sexo e com prática de agricultura de produtos de subsistência como milho, mandioca, algodão, tabaco, pimenta chili, entre outros. Atualmente existe uma extensa bibliografia sobre os povos falantes do Aruaque. Ver especialmente MONTSERRAT, Ruth Maria F. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global Editora/MEC, 1998; URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela C. *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1998; RIBEIRO, Berta G. *Os índios das Águas Pretas: modo de produção e equipamento produtivo*. São Paulo: EdUSP; Cia. das Letras, 1995; WRIGHT, Robin M. História Indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas. In: CUNHA, Manuela C. *História dos índios no Brasil, Op. cit.*; DEUS, José Antônio de Souza de. Etnogeografia e dinâmica da ‘fronteira’: novas territorialidades indígenas e sustentabilidade cultural dos povos Aruak das fronteiras das rain-forests na Amazônia ocidental. In: *Anais do XII Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Montevideu, 2009, v. 1, p. 1-16.

Em uma interlocução direta com numerosos autores – Karl Von Den Steinen, Paul Ehrenreich, Theodor Koch-Grünberg, Everhard Im Thurn, entre outros –, lançando mão de uma análise interdisciplinar e empírica, o autor identificou o que denominou de “aruaquização”; seria a expansão da dita cultura junto a uma vasta área, que se estendia da região amazônica, das fronteiras com as Guianas, à região do Chaco, já em solo boliviano. Tal processo, conforme verificou o autor, operava tanto pela força, como sutilmente, por meio de influências culturais.<sup>41</sup> Como Aruaques eram caracterizados principalmente por serem povos agricultores, constantemente se criava a necessidade da ampliação da força de trabalho, o que acabava provocando a adoção de diferentes estratégias; entre elas, o “direito maternal” e o rapto de crianças e mulheres de povoações vizinhas.<sup>42</sup>

O “direito maternal” nas sociedades Aruaques, segundo Schmidt, resultaria da realização de um casamento, quando o homem passava a se integrar à família da noiva. Assim sendo, o chefe da família não seria o esposo, mas a figura do sogro, e os filhos pertenceriam à família da esposa. Se porventura o esposo viesse a falecer, quem assumiria a família seria o pai da esposa. Destarte, o matrimônio, além de ser meio de confecção de alianças com povos externos, transformar-se-ia em um centro difusor de transmissão de cultura Aruaque, maneira de introdução mútua de elementos culturais estranhos.<sup>43</sup> O autor, no seu estudo, para ilustrar o fato, cita uma pequena celeuma envolvendo os “Parecis-Kabisí”:

(...) entre os Parecis-Kabisí havia um filho de cacique com onze anos aproximadamente, cujo pai tinha suas plantações e sua morada junto ao Juruena, a quem fora designada uma menina em Uasirimi, no Jauru, como futura esposa. Esse noivado era tomado tão a sério que o jovem noivo se engalfinhou em luta violenta com outro rapaz da mesma idade, por constar que esse teria se metido com a menina. O jovem filho do cacique exigiu indenização e assestou em seu adversário, que não podia dar satisfações, um profundo golpe

---

<sup>41</sup> Ver a reflexão de Peter Schröder (UFPE), disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/doc:16>. Acesso em 6 dez. 2014.

<sup>42</sup> Vale frisar que o “direito maternal” e o rapto de mulheres de povos vizinhos não são verificados exclusivamente entre os povos falantes do Aruaque.

<sup>43</sup> A presente observação sobre os costumes dos povos Pareci-Kabisis, de cunho etnográfico, foi elaborada no início do século XX. Todavia, ao longo da obra o autor, com o fim de pensar a “expansão da cultura aruaque” de maneira comparativa em diferentes regiões da bacia amazônica, se valeu não somente do que observara diretamente, mas também do que havia registrado da “memória coletiva” destes povos, via tradição oral. Desta maneira, além de apresentar uma análise desse processo histórico disposta em longa duração, o interpreta a partir de um ponto de vista “dinamista”, uma vez que está a considerar os diferentes contatos e empréstimos culturais com outros povos, que acabavam por resultar em mudanças em ambos os lados. De outro modo, assim como Joseph Miller, que ao investigar os povos “Imbangalas” na África Centro Ocidental se valeu conjuntamente de dados etnográficos, memória oral e registros escritos (e apresentou uma visão não-estática daqueles povos que estavam em contínua mutação), também entendemos que as diferentes fontes se complementam e nos permitem indagar diferentes aspectos e pontos-de-vista acerca do contato entre indígenas e aquilombados no vale do Guaporé. Sobre a reflexão de Joseph Miller ante as diferentes fontes, ver *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional-Ministério da Cultura, 1995, p. 15-16.

de faca, no pé. Também aqui se reconhecia nitidamente que a finalidade propriamente dita desse noivado prematuro, era prender o filho do cacique com sua família na taba do Jauru”.<sup>44</sup>

No momento em que a mulher engravidava, Schmidt notava outra prática generalizada entre os Aruaques, que reforçava o direito maternal, a chamada “Couvade”, também comum a povos Tupi, Caraiba e Jê. A mulher, estando gestante, deveria se mudar para a casa do pai juntamente com o esposo, consolidando assim o pertencimento à família materna Aruaque. Desse modo, o filho, ao nascer, estaria submisso não ao poder doméstico do pai, mas ao poderio dos parentes da esposa. Portanto, era o que o autor denominava de “valiosos fatores”, uma vez que representavam o aumento de braços para o trabalho.

O rapto de crianças e mulheres também seria um traço generalizado entre os povos falantes do Aruaque. Segundo o autor:

(...) Assim ouvimos dos Bacairi "aruaquizados", no Paranatinga, que levavam a cabo ataques contra tribos vizinhas com a finalidade de raptar mulheres. Entre eles encontravam-se por ocasião de minha expedição ao Kulisehu as duas mulheres roubadas aos Pareci e Kajibís vizinhos, que já K. Von den Steinen ali tinha encontrado. Acerca dos Baré, uma tribo aruaque, cuja pátria provavelmente deve ser procurada originalmente no Cassiquiare, de onde se teriam difundido ao longo do Rio Negro, rio abaixo, muito ao oriente, diz Martius, que empreendiam expedições contra as tribos situadas ao longo das fronteiras do Brasil e além delas, para fazerem comércio de fornecimento de neófitos para as missões e trabalhadores para os colonos. Também Alexander v. Humbolt menciona as caçadas humanas empreendidas pelas tribos indígenas do alto Orinoco e Rio Negro, na sua maioria pertencentes ao grupo aruaque. Também os índios nas missões no alto Orinoco tomavam com grande prazer parte em "expedições para a conquista de almas", carregando crianças de oito a dez anos, distribuindo-as como escravos ou "poitos" aos índios nas missões" (...).<sup>45</sup>

Especialmente, entre os “Parecis-Kabisí”, tal hábito era comum, praticado principalmente contra os Guaiaguacuré, que também poderia surpreendê-los com sequestros e assaltos, o que gerava um sentimento constante de vingança. Já no seio das sociedades raptoras, observa Schmidt, crianças e mulheres recebiam bom tratamento, apesar das diferenciações. As crianças eram tomadas como escravas, cabendo a cada uma a servidão a um determinado senhor, cujo direito de posse se baseia diretamente no rapto. Quanto às mulheres, são desposadas ou entregues a outro casamento caso o raptor seja casado.<sup>46</sup> No caso específico dos “Kabisí”, o autor afirma não ter notado diferenciação em termos de tratamento das mulheres raptadas e as

<sup>44</sup> SCHMIDT, Max. *Die Aruaken, Op. cit.*, p. 22.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>46</sup> Segundo Max Schmidt, os “Parecis-Kabisí” são tradicionalmente monogâmicos. SCHMIDT, Max. *Die Aruaken, Op. cit.*, p. 25.

mulheres nascidas entre os indígenas; o que era explicável pelas funções vitais que cabiam às mulheres, na forma como entendiam esse grupo indígena: administração econômica, encarregadas da economia doméstica e produção de alimentos vegetais.

Ademais, em face da presença indígena considerável no Quilombo Grande, apontada em 1770 e 1795, é possível conjecturar que o mesmo, para além de ser um reduto anti-escravista, estaria vivenciando uma *possível* e sutil “aruaquização” no contato com os Cabixi.<sup>47</sup> Como vimos anteriormente, a prática de rapto de mulheres e crianças era comum na região. Assim, antigos cativos, ao se territorializarem no vale do Guaporé, poderiam ter assimilado o referido hábito.

Importante ressaltar que, no diário da diligência de 1795 que abateu o quilombo reformado por antigos remanescentes de 1770, após a captura dos 54 que estavam aquilombados – a grande maioria formada por indígenas e caburés –, subsequentemente ao batismo, foram reencaminhados ao antigo espaço onde viviam; recondução feita em várias canoas e em posse de mantimentos, grãos, sementes, animais para criação e ferramentas para fundação da “Aldeia Carlota”, cujo objetivo seria o fornecimento de todo ouro que encontrassem exclusivamente aos portugueses. Também haviam prometido não contatarem os seus vizinhos, os povos Cabixi.<sup>48</sup>

Dessa forma, é presumível que as 30 mulheres indígenas que estavam contabilizadas entre quilombolas capturados em 1770, na primeira incursão contra o Quilombo Grande, pudessem ser de origem Cabixi. Assim sendo, para entender sua possível ocupação no interior do quilombo e conseqüentemente a penetração de práticas aruaques, é importante notar a posição que poderiam ocupar na povoação de origem:

(...) Cabe-lhe [a mulher] carregar durante a marcha as maiores cargas, é ela que sai à cata de frutos, que planta e colhe mandioca e que carrega o produto da colheita para a taba. Ela prepara os alimentos e as bebidas, colhe o algodão e o fia fabricando fios com os quais tece as redes ou fabrica os tecidos para peças de vestuário. Mas os trabalhos mais pesados, como o preparo da mata para o plantio, a construção das casas e o carregamento da lenha são trabalhos para

<sup>47</sup> Aqui enfatizamos a palavra “possível” para o processo que chamamos de “aruaquização”. No presente ensaio, mediante as lacunas e diferentes evidências, apenas conjecturamos uma possibilidade histórica, que necessita de vindouras pesquisas para ganhar mais solidez. Ao enfatizarmos o “possível”, nos alinhamos com a perspectiva historiográfica trabalhada pelo italiano Carlo Ginzburg, que ao discorrer sobre “provas e possibilidades”, no posfácio de “O retorno de Martin Guerre” de Natalie Davis, afirma que a existência das mesmas no horizonte do historiador acaba por incorrer no aprofundamento das investigações, por mover o investigador a buscar o diálogo com outras fontes, sujeitos históricos e vozes. Segundo o autor, o historiador contemporâneo não reivindica apenas a tratar dos “gestos públicos” (tal como a historiografia positivista do século XIX), mas também das “cenas da vida privada”, unindo erudição, imaginação, provas e possibilidades. Em outro plano o autor propõe um importante debate em torno da inegável dimensão narrativa do relato histórico, em que indubitavelmente estará presente ante a inelutável existência das lacunas. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 311-355.

<sup>48</sup> Ver ROQUETTE-PINTO. *Rondônia, Op. cit.*, p. 14. O capítulo 3 de minha tese de doutorado, intitulado “Uma devassa no sertão: panorama da instituição escravista na fronteira do território luso-brasileiro (1720-1795)”, apresenta, além da análise da instituição escravista na Capitania e suas rotas de abastecimento de mão-de-obra escrava, uma reflexão minuciosa sobre a bandeira de 1795 e seu desfecho. Ver RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “*Homens de ferro, Mulheres de pedra*”: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados. Do Hinterland de Benguela aos vales dos rios Guaporé-Paraguai e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). Tese (Doutorado em história) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2015.

os homens, sendo executados na sua maior parte pela população dependente.<sup>49</sup>

No Quilombo Grande, as indígenas raptadas estariam responsáveis pelo fiar de algodão e preparo dos alimentos? Não sabemos a que ponto. Contudo, a documentação sobre a campanha que derrubou o quilombo em 1770 informa com grande surpresa a fartura das roças encontradas. Em 1770, nos Anais de Vila Bela, constava:

Estavam esses negros notavelmente fortes de mantimentos, porque cada um tinha sua roça muito bem fabricada de *milho*, feijão, carás, batatas, amendoim e muito algodão, que fiavam e teciam para se vestir e cobrir, para o que tinha teares à moda de suas terras (...) [grifo nosso].<sup>50</sup>

Em 1795, novamente a fartura da agricultura praticada pelos quilombolas voltaria a ser mencionada:

(...) situado em hum bellissimo terreno muito superior, tanto na qualidade das terras, como nas altas e frondosas mattarias, as excelentes e, actualmente cultivadas margens dos rios Galéra, Sararé e Guaporé: abundante de caça, e o rio de muito peixe, cujo rio é da mesma grandeza do Rio Branco.

A bandeira achou no Quilombo *grandes plantações de milho*, feijão, favas, *mandiocas*, manduin, batatas, caraz, e outras raízes, assim como muitas bananas, ananazes, aboboras, fumo, gallinhas e algodão de que faziam panos grossos e fortísimos com os que se cobriam” [grifo nosso].<sup>51</sup>

Aqui, chamamos atenção para o cultivo do milho e mandioca e nos valem novamente das observações de Max Schmidt sobre a agricultura entre os povos Aruaques, que o autor considera como o denominador comum entre todos os povos falantes do idioma.<sup>52</sup> Observa-se diferenciações entre a ênfase em uma planta ou outra, de modo que se, por um lado, na região amazônica, existe uma predominância da mandioca, na medida que se avança em direção ao sudoeste, o cultivo de milho passa a crescer. No caso dos Parecis que habitam as cabeceiras dos rios Juruena e Guaporé, região onde vivem os povos Cabixi, predomina o cultivo do milho.<sup>53</sup>

<sup>49</sup> SCHMIDT, Max. *Die Aruaken, Op. cit.*, p. 25.

<sup>50</sup> AMADO, Janaina; ANZAI, Leny C. *Anais de Vila Bela, Op. cit.*, p. 141.

<sup>51</sup> ROQUETTE-PINTO. *Rondônia, Op. cit.*, p. 14.

<sup>52</sup> É preciso salientar que assim como o rapto de mulheres e o “direito maternal”, o cultivo do milho e mandioca não foi exclusivo dos povos falantes do Aruaque, verificável em diferentes pontos da América do sul. Sergio Buarque de Holanda, por exemplo, ao analisar a importância do milho na dieta da sociedade luso-brasileira, menciona a presença do cereal em diferentes partes do Brasil. Do milho, com base em tradições alimentares indígenas, se produziam vários alimentos: canjica fina ou grossa, fubá, pamonha, cuscu, biscoitos, farinha, pés-de-moleque (alcomonias) e até mesmo bebidas, como a “catimpuera” ou cerveja Ver HOLANDA, Sergio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 181-184.

<sup>53</sup> SCHMIDT, Max. *Die Aruaken, Op. cit.*, p. 14.

A despeito das diferenciações, o preparo do solo de maneira geral segue o mesmo procedimento:

O próprio preparo depende de uma certa estação do ano, por terem as árvores derrubadas que secar durante o período das secas, de modo a poder o fogo, ateadado mais tarde, queimar os galhos e os ramos. As cinzas da queimada são o único adubo da futura plantação. Os troncos principais não são devorados pelo fogo, que lhes passa por cima, e são simplesmente deixados, deitados no lugar em que tombaram. Elas beneficiam de algum modo a plantação, pois os pés de milho que entre elas germinam ou as ramas de mandioca que entre elas brotam são protegidos durante o primeiro tempo de seu crescimento, contra os raios solares, extremamente violentos (...).<sup>54</sup>

As mulheres indígenas Cabixi, raptadas por quilombolas, teriam sido o vetor de introdução das técnicas de cultivo do milho e mandioca junto às dependências do Quilombo Grande? Em vista da anterior função que ocupavam na divisão do trabalho entre os Cabixi, aparentemente a resposta é positiva. O Quilombo Grande, por uma questão de sobrevivência, teria então se aberto a um processo de “aruaquização”, ao assimilar mulheres indígenas que traziam consigo práticas agrícolas.

Igualmente, é preciso problematizar o próprio perfil dos habitantes do quilombo que havia se formado na região com remanescentes do Quilombo Grande, abatido depois de 25 anos: “6 negros, 8 índios, 19 índias, 10 caborés e 11 caborés fêmeas”,<sup>55</sup> totalizando 54 capturados. Em primeiro lugar, a presença de indígenas do sexo masculino pode significar duas ordens de fatos: ou foram capturados ainda quando crianças e cresceram com quilombolas, ou se agregaram devido a alianças.<sup>56</sup>

Em segundo lugar, no que diz respeito às mulheres indígenas, cabe-nos perguntar se foram adquiridas somente via rapto ou se algumas das encontradas se somaram devido a acordos mútuos, possivelmente semelhantes aos que vimos acima. O grande número de Caburés sugere um intenso intercâmbio cultural, pelo fato de que mulheres indígenas aruaques traziam consigo práticas agrícolas e também porque poderiam representar a introdução do quilombola em laços parentais maternos, no caso do ajuntamento de negros ter se dado por possíveis alianças.

Em outras palavras, entre as duas bandeiras que atacaram os quilombolas que habitavam a região do vale do Guaporé, em 1770 e 1795, respectivamente, temos indícios para apontar que o Quilombo Grande estaria passando por um sutil processo de “aruaquização”, tanto na possibilidade de acordos matrimoniais terem acontecido ou pela simples presença de mulheres “parecis-kabisi”, que podem ter influenciado o cultivo de determinadas culturas agrícolas.

---

<sup>54</sup> *Idem.*

<sup>55</sup> ROQUETTE-PINTO. *Rondônia, Op. cit.*, p. 15.

<sup>56</sup> Alianças, quiçá, com perfil militar. Lembramos ao leitor das hostilidades entre os Cabixi e os Guaiguacuré (Nambiquara). Caso indígenas fossem Guaiguacuré, possivelmente buscavam algum tipo de proteção junto aos quilombolas.



O inverso dessa “aruaquização” também poderia ter lugar. Em 1770, por exemplo, na descrição daqueles que serviam Teresa de Benguela, denominada a rainha do Quilombo Grande, são mencionadas negras e índias.<sup>57</sup> Indagamo-nos a que ponto tais indígenas haviam assumido a hierarquia política que se apresentava no quilombo: assimilados, teriam se *africanizado* ou apenas estariam procedendo conforme padrões de hierarquia anteriores que traziam dos Cabixi, visto que a captura de mulheres na região era recorrente, assim como o posterior casamento e servidão?

Entre os Pareci-Cabixis, Schmidt relata um fato interessante, ao discorrer sobre a expansão da cultura Aruaque. Afirma que, na região das cabeceiras dos rios Jauru e Juruena, havia um cacique chamado Chiquinho, conhecido e influente em toda a região por praticar “bruxarias” e manipular demônios, que provocavam doenças e até mortes. A sua técnica se caracterizava principalmente pela mistura de extratos culturais diversos, especialmente ensinamentos “mandingas”. Embora seja um fato contemporâneo da expedição de Schmidt, é possível presumir o estranhamento que poderia causar a presença africana na região.

De todo modo, lembramos que também em 1795, na descrição dos quilombolas capturados na mesma região, Francisco Pedro de Mello mencionava o fato de que os indígenas capturados conheciam alguns rudimentos da doutrina cristã e até falavam um pouco do idioma português, e, por essa facilidade, todos foram batizados. Poderiam ter se africanizado ao se submeterem à hierarquia política que se apresentava – caso a mesma correspondesse a alguma noção africana –, e, possivelmente, por meio de quilombolas que igualmente estavam em processo formativo, teriam se aberto ao mundo Atlântico europeu.<sup>58</sup>

Essa tolerância com o mundo europeu entre os Aruaques também foi notada por Max Schmidt. De acordo com o mesmo, estaria ligada aos próprios motivos de expansão da cultura Aruaque: para manutenção e fundação da posição predominante perante outros povos considerados por eles como “inferiores”, estabeleciam-se relações amigáveis com povos tidos como “mais elevados”. Especificamente os Cabixi faziam um jogo duplo, segundo o autor: ao mesmo tempo que se apresentavam aos europeus como povos “pacíficos” e, por vezes, atuavam como “intermediários”

---

<sup>57</sup> Os Anais de Vila Bela de Santíssima Trindade informam, por exemplo, que as índias encontradas juntamente com aquilombados em 1770 serviam a rainha Teresa. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny C. *Anais de Vila Bela, Op. cit.*, p. 139.

<sup>58</sup> Na tese de doutoramento de Bruno Pinheiro Rodrigues consta uma reflexão sobre a organização política do Quilombo Grande à luz das tradições africanas provenientes dos povos Ovimbundu e Imbangala, principalmente no que tange aos critérios de adesão ao quilombo. Observa o autor que em solo africano o quilombo fora caracterizado como uma instituição de “iniciação militar”, resultado do entrecruzamento de diferentes culturas políticas e militares entre os séculos XVI ao XVIII. A adesão a tal instituição não se restringia a critérios de linhagens e estava aberta a entes estranhos, o que facilitava a rápida expansão e crescimento. Teriam estes africanos aquilombados no Quilombo Grande, oriundos do sertão de Benguela (mesma região onde habitavam os Ovimbundu e Imbangala), organizado politicamente o quilombo aproveitando noções políticas que traziam consigo da África, incluindo a flexibilidade para aceitar novos membros? Além da adesão, o autor chama atenção para a notável “obediência à hierarquia” entre os aquilombados, principalmente a Teresa de Benguela, semelhante a disciplina prestada ao chefe entre os povos Imbangala. Em suma, tais indígenas encontrados entre negros fugidos teriam assumido parte desta tradição política que havia atravessado o Atlântico? São alguns possíveis questionamentos colocados por Rodrigues. Cf. RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “*Homens de ferro, Mulheres de pedra*”, *Op. cit.*

para o contato com povos considerados “bravos”, realizavam assaltos com arco e flecha e atribuíam a autoria aos seus inimigos, os Guaiguacuré. A tolerância para com europeus, de maneira geral, entre os aruaques, seria parte de uma estratégia de auto-preservação:

(...) a cultura aruaque por meio de sua própria tendência de expandir seus direitos senhoriais, se atira aos braços da cultura européia naturalmente com a consequência inevitável de ser inexoravelmente por ela esmagada.<sup>59</sup>

Dessa forma, a incorporação de indígenas à hierarquia política no Quilombo Grande e à estrutura produtiva pode ser explicável não somente pela força, mas também pela noção que mulheres indígenas já traziam dos territórios aruaques.

\*\*\*

O uso combinado dos documentos escritos referentes às expedições que abateram o Quilombo Grande, juntamente com as descrições etnográficas sobre os povos indígenas que habitavam a região, permite novas interpretações da vida, resistência e significado da resistência quilombola. O Quilombo liderado por Teresa de Benguela, atacado em 1770 e 1795, para ter existido por dezenas de décadas, longe de estar isolado, só ganhou viabilidade pelas complexas alianças e relações formadas tanto com aqueles que permaneciam no bojo da sociedade escravista - assenzalados ou contrabandistas – como com os próprios povos indígenas do extremo oeste das consideradas possessões portuguesas. Especialmente com estes últimos, como vimos acima, viabilizou sua existência material na possível utilização de técnicas agrícolas trazidas por mulheres indígenas Pareci-Cabixis que haviam sido raptadas - fato que surpreendia até mesmo habitantes dos povoamentos lusitanos que no mesmo período enfrentavam carestia. Em todo caso, a reflexão sobre as trocas culturais de quilombolas e indígenas, no seio do Quilombo Grande, ainda está por merecer análises mais aprofundadas. Contudo, a despeito das atuais limitações, estamos diante da história de homens e mulheres que se valeram de todos os meios possíveis para manutenção da liberdade e, para tanto, pegaram em armas, se assimilaram ou deixaram-se ser assimilados a culturas diversas.

*Artigo recebido em 2 de novembro de 2015.  
Aprovado em 10 de fevereiro de 2016.*

---

<sup>59</sup> SCHMIDT, Max. *Die Aruaken*, *Op. cit.*, p. 42.